

SÃO PAULO, SP, 30 DE AGOSTO DE 2002

*Meu caro Governador e amigo, Geraldo Alckmin; Senhora Donna Hrinak, Embaixadora dos Estados Unidos; Ministro José Luciano Barbosa; Senhores Parlamentares; Nosso líder Arnaldo Madeira, aqui presente; Presidente da Assembléia, Walter Feldmann, aqui presente, também; Meus amigos da Câmara de Comércio Americana, Álvaro de Souza e Robert Mangels; Viviane Senna; Premiados; Premiadas; Empresários e Empresárias,*

Em primeiro lugar quero agradecer o convite que me foi feito já há algum tempo. Prometi que viria e tenho a satisfação de estar aqui. Tenho tido a satisfação de estar em São Paulo, nesses últimos meses, em algumas organizações semelhantes: na Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, na Câmara de Comércio de Israel, são várias Câmaras de Comércio em que estive presente.

E, certamente, esta é a mais ampla das Câmaras de Comércio presentes aqui, no Estado de São Paulo, e que tem tido esse papel importante, que nós acabamos de ver reiterado aqui, com esse Prêmio Eco 2002, que mostra a sensibilidade que têm os homens de empresa de hoje, em buscar incentivar e promover atividades que vão muito além dos muros

da empresa. Reiteram, assim, o seu compromisso, que não é apenas com o mercado, mas com a sociedade: criar melhores cidadãos e criar condições melhores para que todos os brasileiros e brasileiras, juntamente com os que vivem no Brasil, nascidos aqui ou não, possamos nos sentir mais felizes em nossa terra.

Eu acho que esse compromisso com a responsabilidade social é algo muito importante. Até porque já faz tempo que o Estado deixou de ter o monopólio do público. Hoje, na verdade, os conceitos são outros. Aqueles que ainda pensam que só no âmbito do Estado é que as soluções são encontradas se equivocam.

Certamente, não será sem o Estado, mas não será exclusivamente com o Estado que as questões se organizam e se solucionam. Nem sequer, mesmo, a capacidade de planejar que, no passado, era monopólio do Estado pode ser, hoje, concebida, ainda, como foi no período, por exemplo, do regime militar, onde planejamento e Estado fundiam-se.

Hoje, o planejamento – e nós somos um dos países que mais tem processo democrático de planejamento – requer uma participação mais ampla da sociedade, requer um espírito que eu diria que é um espírito de parceria, que é o que estamos assistindo aqui.

É preciso que se reconheça a importância do que, na linguagem contemporânea, se chama do “Terceiro Setor”, para mostrar como é possível desenvolver um país através de ações que envolvem muitas pessoas do Governo, de fora do Governo, na sociedade civil, nas empresas e que se dedicam à educação, à saúde, à proteção ambiental, ao desenvolvimento das iniciativas culturais e assim por diante.

É isto que permite, com o concurso de vontades múltiplas, superar as dificuldades, superar os obstáculos que impedem, ainda, avanços mais significativos.

No Brasil, temos cerca de 465 mil empresas – segundo os dados do IPEA, que é o instituto oficial – que prestam algum tipo de contribuição, na área social. É um número bastante expressivo.

No ano de 2000, o que se avalia é que o conjunto dessas empresas destinou cerca de 4 bilhões e 700 milhões de reais, para atividades que são afetas à comunidade e que são orientadas pela idéia de responsabili-

dade social. E, na verdade, há, também, muitos benefícios fiscais disponíveis e que não são, ainda, totalmente aproveitados.

Naturalmente, esse conjunto de ações não pode basear-se, sempre, em incentivos fiscais e, em grande medida, não o é. Mas há incentivos fiscais, e na medida em que possamos impulsionar essa relação nós estaremos ajudando o Brasil a avançar.

E eu também acho que é muito importante salientar a noção do voluntariado social, que é crescente, no Brasil. É curioso. Nós, talvez, não tenhamos consciência de quanto, no Brasil, já existe, hoje, essa noção espreada de responsabilidade social que não se limita nem ao Estado, nem às empresas, mas às pessoas que se sentem motivadas para usar o seu tempo, o seu talento, de modo espontâneo e gratuito, a causas de interesse social.

Há um estudo recente que mostra que um em cada cinco brasileiros dedica-se a atividades dessa natureza. Vinte por cento dos brasileiros já estão motivados individualmente a uma participação mais ativa na solução dos problemas da sociedade.

Aqui foi mencionado pelo Dr. Álvaro – e eu agradeço a menção – que o Programa Comunidade Solidária é um programa dessa natureza. Agradeço em nome da Ruth as referências que a ela foram feitas e quero dizer que eu também sou muito partidário do que aconteceu nesse setor. No início do Governo nós discutimos muito qual seria a maneira de dar seqüência às ações sociais. E que não fosse uma maneira, digamos, estiolada pela burocracia. E a Comunidade Solidária foi isso. No início muita gente imaginava que o Programa fosse para obter recursos do Governo para fins sociais. Não foi. Os programas da Comunidade Solidária não contam com recursos públicos.

O Deputado Arnaldo Madeira há de se lembrar de quanta gente, na oposição, fazia discursos bastante inflamados para dizer que era um absurdo usar dinheiro público, imaginando que fosse dinheiro público. Não. Foi a mobilização de recursos da sociedade civil que o Conselho da Comunidade Solidária utilizou para fazer os seus programas e, efetivamente, hoje, temos cerca de 30 centros de voluntários ao redor desse programa. E, na verdade, esse é apenas um dos programas. Porque

temos muitos exemplos, alguns dos quais foram aqui mencionados. E temos ONGs, órgãos de imprensa e prefeituras, todos voltados para esse mesmo espírito, eu diria, de cidadania empresarial. E claro que essa cidadania empresarial não desobriga o Estado de contribuir para a elevação dos padrões de bem-estar social do Brasil, mas ela acrescenta forças e atenua a falta de recursos públicos para a obtenção daquilo que é necessário.

Mas, na verdade, essa interação entre o Estado e a sociedade, que vem se desenvolvendo crescentemente no Brasil, levou também o Estado, os governos, as administrações a encararem com mais respeito o interesse público.

A lei já mencionada aqui, de Responsabilidade Fiscal é um exemplo disso. Não haverá muitos países que tenham tido a capacidade que teve o nosso, através do nosso Congresso, de definir uma lei que coíbe o uso de recursos, senão dentro do espírito de limite do que é correto no orçamento, forçando os governos a evitarem o endividamento crescente. Endividamento este que existe e que tantas vezes eu vejo, nos jornais, atribuindo a meu Governo, esquecendo de dizer que o que se fez foi reconhecer dívidas pré-existentes e assumir dívidas que estavam na mão dos bancos e que eram dos Estados, ou esqueletos que ninguém reconhecia, mas que já estavam minando a credibilidade no país.

Nós simplesmente pusemos à prova de todos, tornamos transparentes dívidas que já existiam. E por serem vultuosas elevam a taxa de juros. Isso contribui para sua expansão. Mas não foram dívidas derivadas de um impulso gastador, irresponsável da parte do governo central.

Hoje, nenhum governo mesmo, que tenha esse impulso, poderá efetivá-lo, porque os limites são claros, a lei é clara. É uma lei que inclui inclusive penalidades, transforma em crime a utilização de recursos quando não há meios para, efetivamente, serem mobilizados. O governante, hoje, não pode mais passar a conta para o seu sucessor. E eu sei como isso é importante porque eu recebi uma conta imensa, de décadas de sucessores. E hoje pago por essa conta, mas pago com satisfação, porque acho que organizamos e mostramos ao país: olha qual é a situação real do país. E em função dela precisamos trabalhar para superar

essa dificuldade. Mas não custa insistir em que esta Lei de Responsabilidade Fiscal vem nesse mesmo espírito de valorização da responsabilidade, de respeito ao cidadão, à cidadania, e que implica, também, um novo nível de cooperação entre os vários setores da Administração Pública.

Hoje, não é como no passado. Hoje, há uma descentralização das ações do Estado, do Governo Federal. E hoje há uma solidariedade necessária entre a ação do Governo Federal, do governo estadual e dos municípios, e de todos nós, com a sociedade civil.

Esse conceito de parceria, de cooperação, é que é o novo que estamos vivendo nos dias que correm e que deve, necessariamente, no que diz respeito ao interesse do povo, ultrapassar as diferenças de partidos, as idiossincrasias, as diferenças, quaisquer que elas sejam, de religião, de cor, de tudo, porque nessa hora nós somos todos a mesma coisa: responsáveis, perante o povo, cada um dos cidadãos, do mais carente que seja até àquele que tenha maior responsabilidade pública, que é o Presidente da República.

Somos iguais quanto à nossa responsabilidade, diferenciada, por certo. Não se pode pedir ao carente que crie, para ele próprio, recursos, muitas vezes. Mas se deve exigir que os outros que vão ajudá-lo a criar sua capacidade de avançar não o transformem num dependente dessa possibilidade. E, portanto, que o promova, e nesse sentido qualquer um, mesmo o mais carente, também é responsável, na medida em que tente motivar para ele próprio, uma vez havido um caminho, dar espaços e não apenas receber o peixe, mas aprender a pescar.

Hoje, estamos vendo que existe uma cooperação nos vários níveis da sociedade brasileira para atenuar e superar dificuldades. São muitas as dificuldades. Nós todos sabemos. Mas a verdade é que nós vamos avançando. Em todos os indicadores sociais – repito – todos, e não vou deixar de mencionar os principais, houve avanços significativos. Foi possível, graças a esse espírito – e não é graças ao Governo, é graças a esse espírito da sociedade no seu conjunto – pudemos reduzir as dificuldades.

Na área de educação, o analfabetismo passou de 19% para 13%, de 1991 ao ano de 2000 – uma redução sensível. E agora estamos podendo antever o fim no analfabetismo em pouco tempo, porque estamos com as

nossas crianças aproximando-nos de obter o resultado que desejamos, que é toda criança na escola. Já temos 97, 98% das crianças nas escolas, o que nos permite dizer que, em pouco tempo, o analfabetismo será residual no Brasil. Aqueles que não tiveram a mesma oportunidade das crianças que estão nascendo agora, que nasceram em épocas em que não havia programas, também, de redução do analfabetismo nas categorias de idade, que já ultrapassaram o momento apropriado, vão ter essa chance. Isso vai permitir que se avance mais. E o mais significativo é que, para poder haver esse acesso à escola, isso significa que o acesso foi dado aos mais pobres. Porque em 95 nós ainda tínhamos 25% das crianças pobres fora da escola. Setenta e cinco por cento freqüentavam. Agora, chegamos a 93% freqüentando, na camada mais pobre, em 99. Portanto, em 2002 certamente já teremos mais que os 93% das crianças mais pobres. E também, quando se olham as crianças negras, que em geral são as mais pobres, passamos de 79% para 93% do ano de 95 ao ano 2000.

Ou seja, a educação está chegando onde precisava chegar. Nas camadas realmente carentes, nas camadas realmente excluídas. E não há indicador maior de inclusão social do que a criança ter acesso à escola. Criança que entra na escola deixa de ser excluída. Portanto estamos, na prática, lutando contra a exclusão social no Brasil, porque estamos dando oportunidade para que todas as crianças entrem na escola. E, ao entrar na escola, ela forma um liame de sociabilidade com a professora, com um grupo de amigos, a família acaba participando e, por consequência, estamos lutando efetivamente contra a exclusão social.

E é de dizer-se, também, que não se trata apenas de um número. Houve um aumento sensível na melhoria da qualidade do ensino. Tanto assim que os índices de repetência diminuíram e que o número de crianças que consegue terminar o ensino básico aumentou. E é de dizer-se que, no ensino médio, também, houve um aumento muito acentuado de freqüência à escola, de tal forma que, nos últimos seis ou sete anos, dobrou o número de crianças no ensino médio no Brasil.

Creio que esse é o indicador mais importante para qualquer nação, porque vai permitir, realmente, diminuir a desigualdade de renda e acabar com a exclusão social.

Claro, estou me referindo a alguns dados, poderia me referir a muitos outros. Temos o desafio da brecha digital. No futuro não se vai passar a ler e escrever, vai ser necessário ser treinado – no futuro que é já – nas técnicas de informatização. Há muitos problemas, mas estamos atacando esses problemas no seu conjunto.

Devo dizer, também, que os dados relativos à mortalidade infantil vão na mesma direção. Não é só educação. Saúde também. Conseguimos ultrapassar os objetivos que tinham sido propostos pelas Nações Unidas para os países em desenvolvimento. Tínhamos que chegar a um certo patamar de redução de mortalidade infantil. E a mortalidade infantil caiu, de 91 para o ano 2000, de 47,8 por mil, para 29,6 por mil. Ainda é elevado. São Paulo, o Governador disse outro dia, e com razão, tem 8 por mil. Um dígito. Bom será o dia em que o Brasil inteiro alcançar esse resultado ou até mais baixo. De qualquer maneira, a redução da mortalidade infantil foi muito significativa. Sobretudo nas áreas mais pobres.

No Nordeste, onde era quase de 73 por mil, caiu para 40 e poucos por mil, mostrando que está havendo um declínio rápido nas áreas onde havia um problema mais agudo. Naturalmente, ao lado disso, a expectativa de vida está aumentando e continua aumentando.

Não quero cansá-los com muitos números, mas a verdade é que temos aumentado muito, razoavelmente, a expectativa de vida. E isso não se faz por milagre. Isso se faz pela mobilização da sociedade e pela ação do Estado.

Os agentes comunitários de saúde passaram de 29 mil para 160 mil, de 95 até agora. É uma multiplicação imensa das pessoas que cuidam da saúde nas áreas mais pobres do Brasil. Hoje, podemos dizer que pulamos de 16 milhões de pessoas que eram atendidas para 80 milhões de pessoas que são atendidas por esses programas, que, certamente, na classe média não se sabe, não tem repercussão, mas que nos cafundós do Brasil, nas regiões mais desprotegidas do país e nos grupos mais frágeis e carentes ter um agente de saúde que passe na casa, de quando em quando, para ensinar, às vezes, os cuidados mais elementares com a criança, é fundamental para a redução da mortalidade infantil, para a criação de hábitos de nutrição mais adequados e assim por diante.

Creio que isso é algo que devemos dizer que está em processo de avanço e estamos, naturalmente, diminuindo sensivelmente o gasto, proporcionalmente, com a medicina curativa e avançando na medicina preventiva. Essa foi uma modificação que fiz questão de apoiar com ênfase no Governo Federal, mas não é só no Federal, no governo estadual, no municipal, nesse amplo espectro de pessoas que se juntam para obter esses resultados. E estamos vencendo, pouco a pouco, as questões centrais.

Vejo, de vez em quando, referências à fome no Brasil. Certamente, existe. Mas, certamente, os números que são manipulados não são verdadeiros. Se estamos com quase todas as crianças na escola, todas elas recebem, nas escolas públicas – porque a escola básica é pública –, pelo menos uma refeição, e, freqüentemente, duas. Nas comunidades mais pobres, pode haver má nutrição, mas morrer de fome já passa a ser casos mais marginais no Brasil.

Não acho que seja bom para um país manipular-se demagogicamente cifras que assustam pelo montante e dão a impressão de que não se vai conseguir, quando não é verdadeiro, quando se está melhorando, se está avançando, se está reduzindo, se está conseguindo. Isso não quer dizer que está bem, mas quer dizer que o caminho está traçado para que, dentro de algum tempo, seja melhor e para que se avance decididamente.

Não convém, me parece, àqueles que têm realmente um espírito de mudar o País, simplesmente insistir, olhando no retrovisor, repetindo dados e cifras que foram verdadeiras no passado e que já não encontram veracidade nos dias que correm.

Há uma mudança efetiva. Essa mudança não é o que queremos. Precisamos mudar mais. Mudamos em algumas questões fundamentais também. Houve mudança no salário mínimo, que é uma mudança importante. Com tudo que se diga, o salário mínimo, hoje, em termos de comparação com a cesta básica, cresceu significativamente. No passado, não se podia comprar senão 60% da cesta básica com um salário mínimo, em 1994, antes do Real. Hoje, se compra mais do que a cesta básica e ainda sobram mais 20%.

Claro que isso significa que, em termos, houve um aumento também de cerca de 27% do salário mínimo. Isso não quer dizer que seja alto o salário mínimo. Pelo contrário. Mas também não quer dizer que o salário médio seja alto. Pelo contrário, mesmo em São Paulo, onde o salário é mais elevado, o salário médio é de 800 reais. Como o salário mínimo é de 200 reais, a proporção não é tão defasada. O que é ruim não é só o salário mínimo. O ruim é que o conjunto da produtividade no Brasil, o conjunto dos avanços na economia brasileira ainda não permitiu um salário médio maior de 800 reais, que é muito baixo. Mas não é só para o salário mínimo. São todos. E, na verdade, houve uma progressão, mesmo no salário médio e no salário mínimo. É certo que nos últimos anos, quando se olha a renda familiar, na verdade, houve, aí, um aumento, mas não um aumento satisfatório. E, com a perda de ritmo de crescimento da economia em certos momentos, isso diminuiu a nossa capacidade de continuar avançando na melhoria do salário médio.

De qualquer forma, é indiscutível que as linhas de pobreza medidas pelos critérios que são os habituais – e os nossos são mais rigorosos que os critérios das Nações Unidas; as Nações Unidas consideram um certo número de dólares por dia e nós consideramos o dobro desses dólares – , ainda assim, houve uma redução de cerca de 10% a menos de pobres. Há muitos pobres. Mas havia muito mais. E, se não tivéssemos tomado as medidas que tomamos, de estabilização da moeda, teríamos muitos mais ainda. Então, estamos reduzindo, proporcionalmente, a pobreza no Brasil. E podemos dizer, portanto, que, hoje, o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza é um número mais reduzido. Se certas medidas não fossem tomadas, teríamos 10 milhões de pessoas a mais nessa linha.

É claro que precisamos manter tudo isso e precisamos avançar. E ao mesmo tempo que precisamos, certamente de acordo como já foi dito aqui, dessa proposta aos candidatos à Presidência da República em insistir sobre certos temas que aumentem a produtividade, que aumentem a nossa inserção no mundo, que aumentem as nossas exportações, tenho o prazer de dizer que assinei a medida provisória que dá um passo importante na Reforma Tributária, que foi desejada e muito que-

rida. E, naturalmente, como toda Reforma Tributária, alguns perdem, outros ganham. E nós vamos ter que, com a ajuda do Congresso, corrigir aqueles que vão perder algo, mas no conjunto a economia brasileira ganhará, porque vai ganhar a sua capacidade de exportação. Tenho, então, ao dizer que precisamos, certamente, avançar na exportação, aumentar a produtividade – que cresceu muito –, a produtividade física do trabalho no Brasil dobrou, nesse período de 8, 9 anos, isso é fundamental para garantir a continuidade do crescimento da economia.

Mas, certamente, na medida em que nada disso foi suficiente para, em termos de responsabilidade social, dizer: “bom, então o povo está melhorando suficientemente e nós não precisamos fazer mais do que investir na economia.” Como isso não é verdadeiro, até porque o investimento havido não foi suficiente, nós não podemos deixar de descuidar de programas específicos da ação social.

Aqui foi mencionada pelo Governador Geraldo Alckmin a Rede de Proteção Social. Pois bem, quero lhes dizer que todo Imposto de Renda, que os senhores pagam como pessoa física, que as suas empresas pagam como pessoas jurídicas, todo Imposto de Renda, na parte que vai para o Governo Federal, que é a metade – porque o resto vai para os fundos de distribuição para os estados e municípios –, não foi suficiente para compensar o que nós distribuimos diretamente sob a forma de Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Programa para Erradicação do Trabalho Infantil, Loas, como programas para atender aos idosos que não tenham renda suficiente, programas para atender aqueles que são portadores de deficiência física, programas para atender os que têm certa idade, não cotizaram para aposentaria e precisam da aposentadoria para poder viver. Gastou-se mais com a distribuição direta de renda do que todo o Imposto de Renda recolhido: 30 bilhões de reais.

Então, quando vejo muita gente me perguntar: “O que se faz com o meu Imposto?” é porque não olham no SIAFI, porque não olham os dados que são públicos no Governo Federal, o que é feito com o Imposto. Claro que o caixa do Tesouro é único, joga tudo junto – mas a parcela equivalente ao Imposto de Renda foi toda ela distribuída aos mais carentes diretamente, sob forma de dinheiro, através de cartões

magnéticos ou mecanismos dessa natureza, sem intermediação política, sem clientelismo, pelo direito de cidadania. Isso que se chama de uma rede de proteção social vai continuar a ser indispensável no Brasil, enquanto o Brasil for um país que pela força da sua economia não terá capacidade de incluir a todos, nem de atender a todos num nível mínimo de decência para viver.

Essa é a contribuição nossa para a responsabilidade social. Mas ainda aí, nesse processo, é preciso o voluntariado, é preciso a ação das organizações não-governamentais, porque temos de controlar o cadastro que é feito nas prefeituras, temos que fazer, como a Pastoral da Criança faz na questão do atendimento às famílias no programa de médico de família, nos programas de vacinação, nesse conjunto de programas, nós precisamos realmente de um apoio do conjunto da sociedade, mesmo nos programas que são especificamente do Governo, para que possamos vir a ser, como todos esperamos, nas próximas décadas, um Brasil que, num dado momento, possa dizer: “Bom, esses programas de proteção social não são mais necessários, porque conseguimos universalizar, de tal modo, o acesso à educação, à saúde, ao trabalho que não precisamos mais dessa ação.”

Devo dizer, para terminar, que, mesmo no que diz respeito ao trabalho, que é um item que preocupa, que é o emprego e o desemprego, é preciso notar que a taxa do nível de emprego, quer dizer, o crescimento da oferta de emprego no Brasil supera, no dobro aproximadamente, o crescimento da taxa demográfica. O que acontece é que estamos ainda tendo que empregar crianças que nasceram numa época em que a taxa demográfica era muito elevada e que somente, provavelmente – começa em 2005 –, só lá por volta de 2015 é que a pressão demográfica vai diminuir.

Se o nível de emprego – e digo nível de emprego num país cuja taxa de crescimento econômico não é tão alta – mas se o nível de emprego continuar crescendo na mesma proporção, vamos, sim, com o tempo, resolver o problema do desemprego, dentro de um sistema como é o de mercado, onde a taxa de desemprego média sempre fica por volta de 2%, 3%, até 4%, por causa do *turn-over*. Mas, mesmo assim, é preciso

chamar a atenção para que a oferta de emprego vem crescendo consistentemente. Os dados são disponíveis. Portanto, isso nos mostra que temos por que ter fé neste país.

Termino por dizer que parte da minha fé neste país deriva do fato de existirem pessoas como vocês. Pessoas que não ficam encasteladas nas vantagens comparativas que já obtiveram, seja na empresa, seja na vida, mas se dedicam a continuar olhando para que o conjunto da sociedade possa, efetivamente, gozar dos benefícios que, por enquanto, apenas um grupo restrito ainda, em comparação com o conjunto, pode gozar dela.

Agradeço, portanto, a vocês a oportunidade de ter assistido diretamente esse esforço coletivo que esta Câmara faz, esse esforço que essa centena de pessoas e de organizações não-governamentais fazem. E dizer que eu não gostaria, realmente, de ter terminado a Presidência da República sem ter podido cumprir a minha palavra e dizer que não iria deixar de comparecer a esta Câmara, sobretudo na nossa cidade de São Paulo.

Muito obrigado.